

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

RIO GRANDE: JUSTIFICATIVA DE UMA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Raphael Copstein

Boletim Gaúcho de Geografia, 7: 25-36, jun., 1979.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37643/24293>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jun., 1979

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

RIO GRANDE
JUSTIFICATIVA DE UMA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA
(Contribuição à Geografia Histórica)

RAPHAEL COPSTEIN

Os aglomerados humanos resultam da interação de fatores variados de natureza diversa. Sua função e fisionomia, em um determinado momento, constituem o produto de combinações passadas com fatores ocorrentes. Assim, a evolução do aglomerado depende de variáveis que se sobressaem por sua atuação.

Explicar o surgimento do mais antigo núcleo rio-grandense, verdadeira porteira da imensa fazenda de São Pedro, é uma pretensão que exige, inicialmente, busca em mais de 400 anos no tempo e em vários milhares de quilômetros de distância.

A ocupação formal do espaço rio-grandense confunde-se com a criação da primeira sede que, independentemente de qualificação oficial, no século XVIII, desempenhou função urbana. O presídio do Rio Grande surgiu como ponto de apoio ao expansionismo português no Prata, cujo marco extremo foi a Colônia do Sacramento. Automaticamente, diante dos eventos que se seguiram, passou a localizar o poder administrativo e o efetivo militar. Ambos são elementos de transformação de paisagem natural em geográfica e traduzem característica funcional correspondente.

O estudo da urbanização da margem sul do Canal do Rio Grande conduz a perquirir sobre sua ocupação tardia e da sua hinterlândia e ainda os fatores que se conjugaram na formação de sua situação geográfica.

Para Derruau (1) a situação geográfica define-se como "a sua colocação diante das vias de comunicação que estabelecem e fixam relações necessárias à sua função". Pierre George (2) define-a como "a colocação da cidade em relação a fatos naturais suscetíveis no passado ou no presente de exercer uma influência sobre o

(1) DERRUAU, Max-Précis de Géographie Humaine, p. 474.

(2) GEORGE, Pierre - Géographie Urbaine, p. 39.

próprio desenvolvimento e ligada a facilidade de sua expansão". Acrescenta tratar-se de uma noção relativa, expressa em função de fatores circunstanciais do desenvolvimento urbano. Esses fatores, diz Dolffus (3) seriam de ordem técnica, econômica ou política.

Dentro do exposto, procurar-se-á colocar a cidade que se tem em vista. O tempo, a priori, parece ter preponderado na conjugação daquelas variáveis cuja interferência se fez sentir tanto na importância relativa como intrínseca do aglomerado.

O quadro natural do que constituiu o Continente de São Pedro e as terras marginais ao Prata não despertaram maior interesse aos monarcas ibéricos, durante um tempo razoável, por serem desprovidos de riqueza. A restinga gaúcha, área continentina mais áspere, em determinado momento viu suas potencialidades locais despertarem pela conjugação de variados fatores. Encadeiaram-se inter-relações que modelaram, posteriormente, os limites do sul do Brasil.

O Continente de São Pedro levou cerca de dois séculos para preocupar efetivamente a coroa lusa. Menos tempo passou para se relacionarem o Prata e Castela. Ironicamente, o meridiano da antiga América Lusa e a terra sul-atlântica espanhola, particularmente esta última, são territórios que oferecem as melhores condições naturais, na América Meridional, à fixação de europeus.

A indiferença ibérica pela ocupação efetiva da área ligou-se a pobreza metálica e a falta de complementaridade às economias metropolitanas.

Os acontecimentos que trouxeram os europeus às plagas americanas encontram suas raízes na ascensão do mercantilismo. A medida da riqueza nacional pela quantidade de metal entesourado levou Portugal, independente e pobre, a buscar no além-mar e encontrar na África algum ouro que lhe permitiu, dentro dos padrões vigentes, melhorar sua condição, ampliar seu domínio nas terras das especiarias e justificar o pretexto de expandir a verdadeira religião. Não se pretende de forma alguma tirar o mérito português neste último campo. Não foi, porém, a fé a propulsora do mundo lusitano, apesar de haver sido bastante marcado pelo cristianismo.

Os espanhóis tiveram o mesmo objetivo metalista em sua expansão transoceânica. Nesse particular, o Tratado de Tordesilhas dividindo um mundo desconhecido dos europeus entre os ibéricos foi-lhes mais favorável. Enquanto Portugal procurou de forma mais penosa, através das especiarias orientais o crescimento de sua riqueza, Balboa, Cortez, Pizarro abriram as fontes auríferas que amamentaram os cofres insaciáveis dos reis espanhóis. As estranhas dos territórios que lhes tocaram corresponderam àquela geologia que os castelhanos pediam a Deus; em contrapartida, a Portugal coube uma terra onde o cronista, um tanto futurólogo avisava que "querendo-a aproveitar dar-se-á nela tudo" (4). Na verdade de então o açúcar era ouro...

(3) DOLFFUS, Olivier - O espaço Geográfico, p. 83.

(4) ARROYO, Leonardo - A Carta de Pero Vaz de Caminha - Ensaio de Informação à Procura de Constantes Válidas de Método, p. 63.

A preocupação lusa por ouro e prata, bastante compreensível na época, é acentuada na "certidão de batismo" do Brasil. Pedro Vaz de Caminha na famosa carta, ao registrar o recebimento de selvícolas por Cabral, escreveu "Todavia um deles fitou o colar do Capitão e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, de pois para o colar como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal como lá também houvesse prata" (5). Deveria tal indígena ter percepção excepcional para reconhecer metais preciosos. Além disso, seria um mímico como jamais houve para produzir sinais que viessem de encontro as aspirações do Almirante e sua grei. Se não fossem os castiçais, poderia se dizer que a gesticulação indígena correspondia a existência de colares... É o próprio escrivão que adiante (6) após registrar gestos de outro autóctone para a terra e para o chamativo colar do Capitão interpreta-os por "se dariam ouro por aquilo" e acrescenta, "Isto, tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria (...) e mais o colar isto não queríamos nos entender..."

A linha de Tordesilhas não chegou a marcar efetivamente a separação dos territórios de ambas as coroas. Nas terras situadas ao sul de Cananéia, a ocupação foi tardia por ambos os lados e a portuguesa foi mais demorada. Expedições lusas, todavia, vagaram pelo Atlântico Sul, bem adiante de 24º de latitude, nos primeiros anos do século XVI. O que as levou a explorar o sul do limite meridional português calculado por Varnhagem só pode ser conjecturado. Após haver chegado às cortes ibéricas a notícia do feito de Balboa, com pouca diferença de tempo, Portugal e Castela enviaram flo tilhas ao Prata. Além da descoberta de que foi denominado de Rio Santa Maria ou rio de Solis, durante algum tempo, surgiu a questão da primazia de sua revelação. O assunto foi bem estudado por F. M. Esteves Pereira em "O Descobrimento do Rio da Prata" (7). Diz esse autor" depois dos primeiros anos do século XVI até 1514, não há notícia, nem dada pelos escritos portugueses nem conservada em documentos ou relações manuscritas, das armadas enviadas à costa do Brasil por mandado do rei D. Manuel, para prosseguir o seu descobrimento além de Cananéia e assegurar seus domínios...) Os documentos portugueses relativos ao descobrimento do Cabo de Santa Maria e ao reconhecimento do estuário do Rio da Prata faltam quase por completo. D. Manuel andava empenhado nos descobrimentos e conquistas da Índia, para onde despachava, ano a ano, uma armada, em que dispndia grandes somas de dinheiro, que esperava fossem compensadas pelas cargas de mercadorias, drogas e especiarias que possuía uma civilização muito adiantada, compunha-se de estados regularmente constituídos com cidades florescentes e de grandes riquezas, enquanto que a terra de Santa Cruz era habitada por tribos de gente selvagem e onde se não divisavam riquezas de produtos naturais ou

(5) Idem, op. cit. nota 4, p. 47.

(6) Idem, op. cit. nota 4, p. 48.

(7) MALHEIROS DIAS. História da Colonização Portuguesa no Brasil: V. II, p. 351/381.

da indústria". Ainda do mesmo autor⁽⁸⁾ "no Livro e Marinharia no qual está inserto o Tratado da Agulha de Marear achado por João de Lisboa, no ano de 1514, há uma parte que contém as alturas, as derrotas, sondas e marés do Atlântico e Mediterrâneo; nesta parte há uma secção contendo as alturas da costa do Brasil em que é dada a latitude de 36 lugares da costa do Brasil desde a embocadura do rio Maranhão até a do rio da Prata.(...). Esta secção em que são dadas as alturas dos lugares da costa do Brasil pode com grande plausibilidade, ser atribuída ao piloto João de Lisboa".

O mundo hispânico considera como o descobridor do Prata o português Solis a serviço de Castela. Alfredo Palácios⁽⁹⁾ afirma que "houve viagens clandestinas de viajantes desta nação (Portugal) pois correu entre os profissionais o rumor da existência de um passo - sem dúvida a boca do nosso estuário - que se supunha - fosse uma comunicação com o mar de Balboa. A Juan Dias de Solis tocava, entretanto, a glória e a desventura do descobrimento efetivo."

Solis foi encarregado de descobrir uma passagem ao mar do sul (...) e chegar através dele as costas de Castilla del Oro sem tocar no Brasil. Este navegador em citação de Esteves Pereira⁽¹⁰⁾ teria saído de Lepe em fins de outubro de 1515. O mesmo diz Capistrano de Abreu⁽¹¹⁾ e Palácios consigna sua chegada no Estuário em fins de janeiro ou princípios de fevereiro daquele ano⁽¹²⁾ tendo sido morto pelos selvagens logo após.

Variam as explicações para a troca do topônimo Rio de Solis ou de Santa Maria para o de Prata, mas todas se referem à obtenção de algum metal nessas paragens. Segundo Esteves Pereira⁽¹³⁾, Diogo Garcia, companheiro de Solis, conseguira alguma prata com os guaranis ali existentes e a levava à Castela. Capistrano de Abreu⁽¹⁴⁾ atribui a denominação à prata encontrada pelos portugueses em 1514 e 1521. Rego Monteiro⁽¹⁵⁾ confirma Diogo Garcia como portador daquele metal à Península, mas não como companheiro de Solis, sim de Sebastião Caboto. Palácios atribui a Diego Garcia Morguer⁽¹⁶⁾ a chefia de uma expedição que encontrou Caboto e ao voltar à Europa levou metais preciosos. Varnhagem⁽¹⁷⁾ também faz referência à existência de prata. Esta, como é natural, continuou atraindo "despreendidos" exploradores. Caboto que fora encarregado de

(8) MALHEIROS DIAS, op. cit. nota 7, p. 358.

(9) PALÁCIOS, Alfredo - História de La Argentina 1515-1943, p. 20.

(10) MALHEIROS DIAS, op. cit. nota 7, p. 378.

(11) ABREU, Capistrano - Sobre a Colônia do Sacramento. In Ensaios e Estudos, 3ª série, p. 42.

(12) PALÁCIOS, Alfredo, op. cit. nota 9, p. 20.

(13) MALHEIROS DIAS, op. cit. nota 7, p. 378.

(14) ABREU, Capistrano, Op. cit. nota 11, p. 42.

(15) REGO MONTEIRO, Jonathas da Costa - A Colônia do Sacramento 1680-1777. Vol. 1, p. 37

(16) PALÁCIOS, Alfredo - Op. cit., nota 9, p. 26.

(17) VARNHAGEN, Francisco Adolfo - História Geral do Brasil, Tomo I, p. 94.

ir as Molucas (1526) aportou na ilha Santa Catarina e ali, segundo Palácios ⁽¹⁸⁾, em contato com os tupi-nambas (sic), que entre outros adornos usavam placas de prata, soube que os portugueses chamavam o rio descoberto por Solís, de Prata. A vista do metal precioso desviou-lhe a rota.

Estas e outras explicações realmente são atestam as relações dos habitantes da margem do Prata com o altiplano no período pré-colombiano.

Ainda se pode inferir que, através do Prata, a Europa obteve cedo, notícias das riquezas das terras peruanas. Estas, porém, não seriam conquistadas a partir do Atlântico Sul. Deste modo uma grande área permaneceu por muito tempo como terra-de-ninguém. A pretensão de posse das coroas ibéricas, posteriormente, fez correr bastante sangue mas isto se vinculou ao mesmo tempo às lutas dinásticas européias e a valorização da desprezada área que acabou por constituir fronteira viva na América luso-espanhola.

O primeiro estabelecimento europeu no Prata foi fundado por Sebastião Caboto, desviado de sua rota pela atração de metais preciosos. Em 1525, explorando aquele estuário fundou na confluência do Paraná e Carcaraná ⁽¹⁹⁾ o fortim de "Sancti Spiritus" que não vingou. O insucesso de Caboto foi comunicado de Sevilha à Coroa Portuguesa "por um Dr. Simão Afonso dizendo como acabando Sebastião Caboto de chegar mui derrotado do rio Paraná, o haviam mandado ali prender, e de como pensava ele doutor que Espanha não tentaria para aquelas bandas novas empresas. O plano vago da fundação de uma povoação forte no aquém-mar se fixou então justamente sobre essa paragem de clima temperado e de tantas apregoadas riquezas (...) sobre as margens do rio da Prata e coube a Martin Afonso de Souza, em 1530 chefiar uma expedição colonizadora ao Brasil". ⁽²⁰⁾.

O fascínio que as terras platinas exerceram sobre os portugueses como se pode constatar, mais uma vez, no trecho de Varnhagem prendeu-se a existência de metais preciosos. Não os encontrando Martin Afonso de Souza afastou-se dessas paragens.

Não se conhece o regimento recebido por Martin Afonso de Souza, mas o estudo do Comandante Eugênio de Castro ⁽²¹⁾ diz ser possível inferir de documentação, entre outros motivos por ele transcritos, o de "apoderar-se de uma costa de ouro e da prata cujos extremos opunham senão do Cabo Frio ou do Rio de Janeiro, mas certamente de São Vicente até o rio de Santa Maria (de Solís ou da Prata depois)...". A colocação de Varnhagem ⁽²²⁾ a respeito de busca de terra de clima temperado como justificativa expansionista para o sul e a posterior certeza de não a situar nos domínios de seu

(18) PALÁCIOS, Alfredo - Op. cit., nota 9, p. 21.

(19) PALÁCIOS, Alfredo - Op. cit., nota 9, p. 25.

(20) VARNHAGEN, Francisco Adolfo - Op. cit., nota 17, p. 114.

(21) CASTRO, Eugênio - Diário de Pero Lopes de Souza.

(22) VARNHAGEN, Op. cit., nota 17, p. 128.

rei, não parece corresponder a realidade. Teria o Capitão constatado, em virtude de observações astronômicas o seu engano? Que muitos erros de posição existente na cartografia do século XVI foram propositadas não há dúvida e o hábito não deveria ser ignorado por Martin Afonso. E se fosse, Pero Lopes, quando plantava os marcos possessórios nas terras do Prata, sabia em que domínios andava. Se não, como compreender a seguinte passagem do seu Diário em 25 de novembro de 1531 ⁽²³⁾, ao falar de indígenas "... e chegaram logo sem mostrarem que havia medo: senão com muito prazer abraçando-nos a todos: a fala não entendíamos; nem era como a do Brasil."

No litoral visitado com suas "terras sâfias e areentas" segundo Varnhagen ⁽²⁴⁾ não foi encontrado o que se buscava. Para o norte, em solo incontestavelmente luso, ficava o sonho de transformar São Vicente em porto das minas situadas no longínquo sertão espanhol como consta no Diário de Pero Lopes de Souza, em 5 de fevereiro de 1532 ⁽²⁵⁾. Além disso, a cana-de-açúcar achou campo se expandir e atender uma Europa ávara em ser adocicada...

Os espanhóis não demoraram a voltar-se para o Prata, mas o fizeram temporariamente. A primeira Buenos Aires, fundada em 1536, durou apenas cinco anos. Foi abandonada em benefício de Assunção do Paraguai cuja proeminência no sul do Continente se estendeu por cerca de um século. É de se destacar, nesse período, que as comunicações por terra com Assunção eram, comumente, feitas através de Santa Catarina, território situado na raia portuguesa marcada pela não respeitada linha de Tordesilhas.

A situação de Buenos Aires em relação a Potosi e em relação à Metrópole dando outra alternativa de comunicação, levou os espanhóis a reconstruí-la. Efetivamente, quase no fim do primeiro século (1580), Buenos Aires era novamente fundada. No mesmo ano, Felipe II incorporava mais uma coroa, Portugal, às várias que possuía.

A substituição dinástica em Portugal não anulou Tordesilhas, as relações entre os vários Estados do Monarca do Escorial só se torna compreensível se for considerada a afirmativa de Hans Albert Steyer ⁽²⁶⁾. "Os Habsburgs espanhóis sempre olharam o Novo Mundo bem dentro da idéia do Imperador Carlos V como parte integral do seu IMPÉRIO, o que brotava do fato de que as novas regiões de além-mar recebiam um STATUS JURÍDICO análogo ao existente no Velho Mundo. Do ponto de vista jurídico, tratavam-se de Impérios além e aquém do Atlântico cujas coroas cabia ao rei da Espanha". Portanto, não houve uma espanholização do Brasil e nem os seus habitantes podiam transpor limites como se estivessem dentro de uma mesma nação. Quando migravam para colônias espanholas eram considerados estrangeiros.

(23) CASTRO, Eugênio - Op. cit., nota 21, p. 286.

(24) VARNHAGEN, Francisco Adolfo - Op. cit., nota 17, p. 129.

(25) CASTRO, Eugênio - Op. cit., nota 21, p. 350/351.

(26) STEYER, Hanns Albert - As Universidades no Desenvolvimento da América Latina, p. 84.

A coincidência da segunda fundação de Buenos Aires com a incorporação de Portugal ao domínio filipino foi extremamente importante para o desenvolvimento da cidade. O comércio colonial espanhol que era abastecido em Porto Belo por disposição régia, graças a Buenos Aires, passou a dispor de outra alternativa se bem que nem sempre legal. Brasil e Portugal tornaram-se também fornecedores das minas através da redistribuição feita por Buenos Aires. Em troca, recebiam metal precioso. O comércio era vital ao burgo nascente e altamente lucrativo aos portugueses. Sua existência legal dependia, entretanto, de permissões especiais (a primeira on seguida por Hernandarias grande perseguidor do contrabando então existente) e quando caducavam, o contrabando as substituiu. Decorrencia do comércio foi o estabelecimento do número relativamente considerável de portugueses em terra bonairense que se viu transformada em cidade portuguesa no primeiro século. Mesmo não gozando de igualdade jurídica com súditos espanhóis, os lusos encontravam facilidade para se estabelecer nos domínios americanos dos Habsburgs (27).

O comércio luso-bonairense feriu os interesses dos fornecedores limenhos das minas. Por influência deles foi criada a al fândega de Córdoba com reflexos prejudiciais ao porto platino.

Por esta época, Buenos Aires encontrou, em sua própria área, novos recursos que lhe permitiram não só sobreviver, mas, também, crescer.

A região Platina e a província meridional do Brasil foram-se enriquecendo na medida em que o gado ali introduzido pelos europeus desenvolveu-se e encontrou mercado. Um imenso rebanho alçado espalhava-se pelos campos. A pecuária e seus derivados passaram a alicerçar a economia regional, enquanto que o contrabando com as Minas continuou vingando. Quando Portugal libertou-se da monarquia espanhola, reis e súditos bragantinos voltaram-se para o meridiano do domínio americano. Para além do que certamente seria a marca de Tordesilhas, pastavam muitos milhares de animais. "A distribuição de gado de cria por zonas agrestes onde pudesse prosperar a lei da natureza fora de iniciativa das províncias da Companhia de Jesus. Desta forma na região uruguaia de Maldonado e as margens da Lagoa Mirim formou-se talvez o maior rebanho de gado chimarrão conhecido na época. Mas em todo o território uruguaio, de modo geral, havia gado em abundância e daí a denominação que se vulgarizou, de Vacarias do Mar abrangendo praticamente a totalidade desse território". (28) Se não bastasse essa pecuária gaudéria, o contrabando possibilitava, de permissão, um boçado da cobiçada prata de Potosí. Os testemunhos de que se afirma são inúmeros na documentação existente. No terceiro ano da independência lusa já se observava preocupação para modificar aquilo que, no dizer de Jonathas da Costa Rego Monteiro, constituía o "erro da aceitação daquele tratado" (Tordesilhas). Salvador Correa de Sá lembrava ao rei a conveniência do comércio com Buenos Aires e propunha a construção de um

(27) CANABRAVA, Alice - O Comércio Português no Rio da Prata - 1580 - 1640. p. 130.

(28) CESAR, Guilhermino - História do Rio Grande do Sul - p. 78.



Altimetria - (m)

	915	-	1520
	610	-	915
	305	-	610
	150	-	305
	0	-	150

forte português nas proximidades ⁽²⁹⁾. Um membro do Conselho Ultramarino, em 1675, quando da análise da concessão de capitania ao referido Salvador Correa de Sá, manifestou a possibilidade de comércio com Buenos Aires "podendo-se assim meter prata neste reino" ⁽³⁰⁾. Na oitava década do seiscentos, a monarquia portuguesa informou sobre a riqueza em gado ordena o povoamento de Maldonado. A falta de recursos impediu a tentativa ⁽³¹⁾. Pouco depois, foi obtido o reconhecimento da jurisdição do bispado do Rio de Janeiro até a margem do Prata.

A fundação da Colônia do Sacramento, bastião português no extremo sul, em 1680, criou um ponto de atrito entre ambas as coroas. A Espanha viu-se prejudicada, seja pela ocupação de território considerado como seu, seja pelo contrabando promovido a partir do novo estabelecimento ⁽³²⁾, seja pela exploração do gado alçado. A isso juntaram-se as desavenças européias dos vizinhos ibéricos. As vicissitudes atravessadas pela Colônia puzeram em questão a exigência de pontos intermediários de apoio militar. No Brasil dos fins do seiscentos, não existia povoado algum entre o Mampituba e o Chui onde se estendia uma verdadeira "terra-de-ninguém" ⁽³³⁾. Por essa época, o Conselho Ultramarino recusou autorizar a ocupação do Rio Grande sem compreender, segundo Aurélio Porto, que a Colônia só poderia subsistir com amparo de "outro núcleo de povoamento e socorros em suas proximidades" ⁽³⁴⁾. Levaria ainda um quarto de século para que as autoridades daquele organismo aprovassem projetos de instalação de colônias na Região. Entre essas estava prevista a de Rio Grande, (fig. 1) mas três lustros se passaram até que a margem do canal dispusesse de ocupação efetiva, garantidora da defesa e da posse da terra-de-ninguém, com o seu rico rebanho.

A preciosa documentação transcrita por Aurélio Porto, na obra citada, é pródiga em alicerçar o que se afirma. Em 1730, o Conselho manifesta ao rei a conveniência de fortificar a margem sul do Rio Grande "porque por esta parte poderemos ficar senhores dos grandes campos que há até a serra Maldonado que fica na boca do Rio da Prata, o que se não conseguirá se fundarmos a Colônia da parte Norte..." ⁽³⁵⁾. Informação do governador do Rio Janeiro à Corte, em 1728, diz que "... a campanha que ocorre do Rio Grande até São Miguel e rio de Martin Afonso é de campo dilatadíssimo e povoada de muito gado vacum e ao meu ver tem mais gado do que a campanha da Colônia". ⁽³⁶⁾ Solicitação ao Brigadeiro Silva Pais em 1736, registra ter o requerente adquirido aos lagunistas "o gado que eles es-

(29) REGO MONTEIRO, Jonathas - Op. cit., nota 15, p. 34 - v. 1.

(30) TEIXEIRA SOARES - Diplomacia do Império no Rio da Prata, p. 10.

(31) REGO MONTEIRO, Jonathas - Op. cit., nota 15, p. 38.

(32) FRAGOSO, Tasso - A batalha do Passo do Rosário, p. 61.

(33) CESAR, Guilhermino - Op. cit. p. 72.

(34) PORTO, Aurélio - História das Missões Orientais, V. II, p. 88.

(35) PORTO, Aurélio - Op. cit., nota 34, p. 92.

(36) PORTO, Aurélio - Op. cit., nota 34, p. 93.

tavam passando do Pampa para a banda norte" (37). O Brigadeiro, sem dúvida figura impar da atividade portuguesa no sul do Brasil e Prata, em correspondência com o cartógrafo Padre Capassi diz "se até agora era necessária cautela para sondar o Rio Grande e procurar segurar aquele Passo, por jeito agora se o pudermos fazer por força nos ficará melhor visto que os Castelhanos se tem declarado, e rota a guerra pela nossa Colônia como me diz o governador daquela praça e o aviso ao senhor Conde a quem escrevo sobre esse particular e digo a V.R. quanto nos seria conveniente conservar a entrada do Rio naquele rincão donde se acham alguns portugueses nossos e se ainda pudessemos passar a mais de lhe rebanhar para nossa parte todos os gados que eles tiverem no Pampa nos seria muito conveniente, não só por fertilizar a nossa terra como por tirar a subsistência aos sitiadores e ainda a guarnição de Montevideo..." (38). Em carta ao governador de São Paulo, o fundador do Rio Grande assim se expressa: "nunca mais que agora nos são necessárias todas as averiguações que puderem fazer no Rio Grande e as circunstâncias todas do paiz porque além do que os castelhanos se o acaso nos tem rota a guerra por essas partes do Pampa a hão de valer para a subsistência do gentio com que a fazem, se acaso pudermos segurar o gado e cavalhadas passando-os para a parte Norte, lhe tirarmos um grande socorro, como também nos utilizarmos destas vantagens" (39). Até na escolha da posição do forte de Rio Grande, o gado não foi esquecido. Cristovão Pereira em ofício datado de 1737, comunica a Gomes Freire, "... tomei por melhor acordo retirar-me outra vez ao passo deste Rio e fortificar-me no porto da parte do Sul com trincheira e 4 pessoas cavalgadas por segurar o posto que há o único para passar animais e por a cavalada e gado da parte Norte..." (40).

Pelo exposto, verifica-se que grande parte das variáveis cuja combinação promoveram a posição geográfica do porto marítimo gaúcho resultaram de decisões tomadas no exterior e desenvolvidas em um tempo relativamente apreciável.

A costa rio-grandense não deveria apresentar aos primeiros exploradores do Atlântico Sul uma visão tentadora. A configuração de seu relevo só permitia avistá-la "dos passadiços dos navios de 3 ou 4 milhas de distância e não podem ser distinguidos a 7 ou 8 milhas senão do alto do mastro". (40) De Torres até Castilhos no Uruguai estende-se a imensa planície costeira gaúcha e somente aos 32°04' de latitude S a barra do Rio Grande oferece o único abrigo da costa. Esta planície costeira é o resultado de fenômenos ambientais que ali se fazem sentir e de variações do nível do mar nos fins do Cenozóico. Inicia-se junto a escarpa do planalto e permite distinguir quatro compartimentos. O Praial, modelado pela ação das ondas e correntes; o Eólico correspondendo as dunas e a outras formas salientes de responsabilidade dos ventos; o Lagunar abrangendo o ainda sistema lagunar costeiro e as planícies lagunares. Finalmente, o dos Terrenos Pleistocênicos compreendendo os terrenos mais elevados e onde há 10 000 anos não se fazem sentir os processos dominantes nos outros compartimentos.

(37) PORTO, Aurélio - Op. cit., nota 34, p. 95.

(38) PORTO, Aurélio - Op. cit., nota 34, p. 101.

(39) PORTO, Aurélio - Op. cit., nota 34, p. 101/102.

(40) PORTO, Aurélio - Op. cit., nota 34, p. 124.

(41) BICALHO, Honório - Relatório, 1883, p. 13

Este meio de aspecto desolador para os vindos do mar, de difícil penetração através da única abertura, ocupado sazonalmente por índios praticantes da pesca, não apresentava no século da descoberta atrativos maiores ao europeu mercantilista.

O desenrolar de acontecimentos em áreas afastadas mas do tadas de poder decisório, plasmaram através de interesses definidos o molde em que se fundiu a configuração do Brasil Meridional. O tempo decorrido preencheu-se tanto com as variações da economia como com as vacilações das metrópoles interessadas. Portugal menos bem aquinhado no século inicial, foi o grande beneficiário de política habilmente desenvolvida. Se a fundação do forte Jesus Maria José não conseguiu garantir a posse da Colônia do Sacramento, obteve a preciosa hinterlândia que constitui o Rio Grande do Sul atual.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano - Sobre a Colônia do Sacramento, in: Ensaios e Estudos, 3ª série, Civilização Brasileira - MEC - Rio Janeiro, 1976.
- ARROXO, Leonardo - A carta de Pero Vaz de Caminha, Ensaio de Informação à Procura de Constantes Válidas de Método - Ed. Melhoramentos, Rio de Janeiro, 1971.
- BICALHO, Honório - Relatório, 1883 - In: Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul - HISTÓRICO, vol. III, Oficinas Graphics d' A Federação, Porto Alegre, 1914.
- CANABRAVA, Alice - O Comércio Português no Rio da Prata, (1580 - 1640). U.S.P. São Paulo, 1944.
- CASTRO, Eugênio - Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza (1530 - 1532) - Estudos do crítico pelo comandante Eugênio de Castro. Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses - Gráficas Sauer, 2ª vol. Rio de Janeiro, 1940 - 2ª ed.
- CESAR, Guilhermino - História do Rio Grande do Sul, Período Colonial. Ed. Globo, Porto Alegre, 1970.
- DELANEY, Patrik - Fisografia e Geologia da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Escola de Geologia de Porto Alegre, 1965.
- DERRUAU, Max - Précis de Géographie Humaine, Armand Colin, Paris, 1961.
- DOLFFUS, O. - O Espaço Geográfico - Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.
- FRAGOSO, Tasso - A Batalha do Passo do Rosário, Biblioteca do Exército - Livraria Freitas Bastos, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1951.
- GEORGE, Pierre - Précis de Géographie Urbaine, Presses Universitaires de France, Paris, 1961.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Secretaria de Coordenação e Planejamento - Fundação de Economia e Estatística - Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, FEE, Ed. Porto Alegre, 1976.
- MALHEIROS DIAS - História da Colonização Portuguesa do Brasil, 3ª vol. Litografia Nacional, Porto Alegre - 1924.
- PALÁCIOS, Alfredo - História de la Argentina, (1515-1943) - A PEÑA LILLO ed. Buenos Aires, 10 ed., 1977.
- PORTO, Aurélio - História das Missões Orientais do Uruguai, Livraria Selbach Porto Alegre, 1954.
- REGO MONTEIRO, Jonathas - A Colônia do Sacramento, 1680-1772, 2 vol. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1937.
- STEYER, Hanns Albert - As Universidades no Desenvolvimento da América Latina, Ed. Tempo Brasileiro Ltda, Rio de Janeiro, 1970.
- TEIXEIRA SOARES, Diplomacia do Império no Rio da Prata, Ed. Brand Ltda. Rio de Janeiro, 1955.
- TORRE REVELLO, José - La Sociedad Colonial, Ed. Pannedelle - Buenos Aires, 1970.